



2300 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 01 - História da Educação

CIRCULAÇÃO DAS CLASSES SECUNDÁRIAS EXPERIMENTAIS NO RIO GRANDE DO SUL (1959 ? 1962)
Juliana Topanotti dos Santos de Mello - UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
Agência e/ou Instituição Financiadora: PROMOP

CIRCULAÇÃO DAS CLASSES SECUNDÁRIAS EXPERIMENTAIS NO RIO GRANDE DO SUL (1959 – 1962)

RESUMO: A questão central deste trabalho será compreender como foi a circulação das Classes Secundárias Experimentais no Rio Grande do Sul no período de 1959 a 1962. Esta experiência representou a chegada do movimento escolanovista no Ensino Secundário no Brasil. As primeiras experiências começaram a acontecer em diversos estados brasileiros na década de 1950, embora a sua autorização pelo Ministério da Educação em 1959 tenha sido propulsora da renovação secundária. No Rio Grande do Sul, no ano de 1962, sete colégios ofereciam o secundário renovado: cinco públicos e dois privados e confessionais. Este artigo aborda de que maneira essas classes experimentais foram organizadas a partir das diretrizes nacionais do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e da Diretoria do Ensino Secundário, vinculada ao Ministério da Educação. Serão descritos aspectos como organização curricular, avaliação e atuação do Serviço de Orientação Educacional, dentre outros. Os documentos utilizados foram: os planos escolares para autorização das classes, o relatório de Nádya Cunha e Jayme Abreu, além de outros documentos escolares, do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e do Ministério da Educação.

CIRCULAÇÃO DAS CLASSES SECUNDÁRIAS EXPERIMENTAIS NO RIO GRANDE DO SUL (1959 – 1962)

RESUMO: A questão central deste trabalho será compreender como foi a circulação das Classes Secundárias Experimentais no Rio Grande do Sul no período de 1959 a 1962. Esta experiência representou a chegada do movimento escolanovista no Ensino Secundário no Brasil. As primeiras experiências começaram a acontecer em diversos estados brasileiros na década de 1950, embora a sua autorização pelo Ministério da Educação em 1959 tenha sido propulsora da renovação secundária. No Rio Grande do Sul, no ano de 1962, sete colégios ofereciam o secundário renovado: cinco públicos e dois privados e confessionais. Este artigo aborda de que maneira essas classes experimentais foram organizadas a partir das diretrizes nacionais do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e da Diretoria do Ensino Secundário, vinculada ao Ministério da Educação. Serão descritos aspectos como organização curricular, avaliação e atuação do Serviço de Orientação Educacional, dentre outros. Os documentos utilizados foram: os planos escolares para autorização das classes, o relatório de Nádya Cunha e Jayme Abreu, além de outros documentos escolares, do Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e do Ministério da Educação.

Palavras-chave: Ensino Secundário; Classes Secundárias Experimentais; Rio Grande do Sul

Na década de 1950, o Ensino Secundário brasileiro era regido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, decretada pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema (BRASIL, 1942). Esta normativa prescrevia um ensino enciclopédico e preparatório para o concurso vestibular. Devido a sua duração de sete anos (quatro do curso ginasial e três do curso colegial) e as características dessa formação era acessado, quase que integralmente pelos filhos e filhas da elite brasileira. Educadores escolanovistas defendiam que este ramo do ensino acompanhasse as modificações que estavam acontecendo no Brasil e no mundo, acolhesse as diferentes classes sociais no sistema público de ensino, não somente preparando estes estudantes para o ensino superior, mas também acolhendo todos/as estudantes em suas diferentes aptidões (DALLABRIDA, 2014).

Desta forma, na década de 1950 começaram a acontecer, em alguns estados brasileiros, focos de renovação no ensino secundário, ainda que informais. Segundo Vieira (2015) a primeira experiência ocorreu na cidade de São Paulo, com o pioneirismo do educador Luis Contier que organizou as Classes Secundárias Experimentais no Instituto Alberto Conti a partir do seu contato com o modelo pedagógico das *Classes Nouvelles* por meio do *Centre International d'Etudes Pédagogiques*, situado em Sèvres, na França. O estado do Rio Grande do Sul também foi palco de experiências renovadoras, em 1954, com a abertura do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, sob a direção das professoras Graciema Pacheco e Isolda Paes, sendo que esta última também fez estágio no *Centre International d'Etudes Pédagogiques*. (LIMA, 2016).

Ao final da década de 1950, as Classes Secundárias Experimentais foram autorizadas pelo Ministério da Educação, após meses de trabalho de diversos educadores que viam a renovação do Ensino Secundário como essencial para que esta etapa de ensino acompanhasse as mudanças sociais brasileiras (VIEIRA, 2015). Nesta autorização destaca-se o trabalho de Gildásio Amado, então à frente da Diretoria do Ensino Secundário (DES) do MEC e Anísio Teixeira na gestão do Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP) (DALLABRIDA, 2014). Nádya Cunha e Jayme Abreu, pesquisadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) vinculado ao INEP, consideraram que

Dentro do sistema de rigidez formal, imposto por lei à escola secundária brasileira anos a fio, não se pode contestar que a implantação das classes secundárias experimentais em 1959 representou acontecimento rico de virtualidades, no sentido de abrir brechas no monólito educacional, restituindo à escola, autonomia, capacidade de auto-afirmação e diversificação no processo educativo. (CUNHA e ABREU, 1963, p. 92)

Os objetivos destas experiências no Ensino Secundário delimitados nas “Instruções sobre a natureza e a organização das Classes Experimentais” eram: “ensaiar a aplicação de métodos pedagógicos e processos escolares, bem como de tipos de currículos compatíveis com a legislação do ensino médio” (MINISTÉRIO, 1958, p. 80). Para atingir tais objetivos as experiências deveriam ter como características: a organização em colégios idôneos e com condições pedagógicas de realizarem a experiência; tais colégios deveriam começar organizando o primeiro ciclo do ensino secundário; poucas classes experimentais por instituição escolar; as famílias das crianças atendidas deveriam ser esclarecidas sobre a experiência, além disso deveriam autorizar a participação das crianças e os/as professores/as deveriam ser

especialmente credenciados (MINISTÉRIO, 1958). Para obterem a autorização do funcionamento das Classes Secundárias Experimentais as instituições de ensino deveriam obedecer às seguintes normas: preparar a organização curricular visando a preparação geral dos/as estudantes com um sólido conteúdo de formação humana; os currículos também deveriam atender as aptidões individuais e proporcionarem a integração do ensino das diversas disciplinas; número máximo de 30 estudantes por classe; número reduzido de professores nos primeiros anos do ginásio; reuniões periódicas com os professores (Conselhos de Classe); participação ativa dos/as estudantes e a efetivação de um trabalho articulado com as famílias dos/as estudantes (MINISTÉRIO, 1958). Foi a partir desta regulamentação que as experiências de renovação do Ensino Secundário brasileiro passaram a ser chamadas de Classes Secundárias Experimentais (DALLABRIDA, 2017)

Uma das preocupações do MEC e do INEP era acompanhar o percurso destas experiências, realizando observações através de visitas, entrevistas com diretores/as e professores/as e também aplicando questionários aos/as professores/as e estudantes. Este acompanhamento resultou no relatório "Classes Secundárias Experimentais: balanço de uma experiência", publicado em 1963 na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (CUNHA, ABREU, 1963). Tendo como ponto de partida este relatório a questão central deste trabalho é compreender como foi a circulação das Classes Secundárias Experimentais no Rio Grande do Sul no período de 1959 a 1962. Segundo o documento produzido pelos pesquisadores Nádia Cunha e Jayme Abreu, até 1962, sete escolas ofereceram aos/às adolescentes gaúchos/as a oportunidade de cursarem as Classes secundárias experimentais em três cidades: Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo. Destas sete escolas cinco eram instituições públicas e duas eram instituições privadas e confessionais.

O recorte temporal deste texto, a saber entre 1959 e 1962 tem como ponto de partida inicial a autorização das Classes Secundárias Experimentais pelo MEC e como baliza final o estipulado do "Classes Secundárias Experimentais – Balanço de uma Experiência" (1959 - 1962). O intervalo de quatro anos também foi propício para uma grande avaliação das experiências visto que a primeira turma autorizada estava concluindo o primeiro ciclo do Ensino Secundário ao final de 1962.

As lentes teóricas utilizadas para compreender a questão aqui recortada são os pressupostos do historiador Roger Chartier, mais propriamente o conceito de circulação. Para Chartier (1991) a circulação de bens culturais modifica as formas de sociabilidade, autoriza novos pensamentos e transforma as relações de poder. A historiadora brasileira Marta Carvalho (2003) compreende que os modelos pedagógicos são produzidos num determinado marco temporal e espacial, sendo que estes modelos circulam por meio dos agentes educacionais, impressos, cursos e viagens de estudos. Desta forma os modelos pedagógicos escolanovistas serão compreendidos como bens culturais produzidos por diversos educadores e interessa saber como estes modelos circularam nas escolas que receberam as Classes Secundárias Experimentais no Rio Grande do Sul, no período de 1959 a 1962.

Os objetivos, as funções e os currículos do Ensino Médio brasileiro vem pautando debates na atualidade e infelizmente ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esta etapa de ensino seja democratizada. Pesquisas históricas sobre o ensino secundário/médio visam respaldar essas discussões com conhecimento acerca do percurso já percorrido, buscando colocar em evidência experiências que buscaram educar os/as adolescentes de forma integral, com métodos ativos e com a participação dos/as estudantes.

As fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho, além do já citado relatório "Classes Secundárias Experimentais – Balanço de uma Experiência", foram: documentos do INEP, documentos do Ministério da Educação, arquivos escolares, imprensa educacional e outros. A primeira parte do texto tratará da circulação das classes secundárias experimentais nas escolas públicas e a segunda parte versará sobre a circulação da experiência em escolas privadas e confessionais.

CIRCULAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Nos primeiros quatro anos de regulamentação das Classes Secundárias Experimentais, segundo o relatório de Cunha e Abreu (1963), cinco escolas públicas colocaram em marcha essa experiência no Rio Grande do Sul. Na cidade de Porto Alegre quatro instituições ofereciam essa possibilidade, a saber: Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Colégio Estadual Infante Dom Henrique; Colégio Estadual Pio XII e o Colégio do Instituto de Educação Flores da Cunha. Na cidade de Passo Fundo o Colégio Estadual Nicolau Vergueiro também contava em sua instituição com a opção renovadora. Pelas descrições dos colégios no relatório de Cunha e Abreu (1963) a instituição de Passo Fundo, provavelmente, não enviou relatórios de avaliação da experiência e ficou de fora das descrições e análises realizadas no referido documento. Como nesta fase inicial da pesquisa não foi encontrado nenhum documento sobre este colégio, ele também ficará fora da análise em tela, que nesta primeira parte do texto focará nos colégios públicos de Porto Alegre.

Cunha e Abreu (1963) relatam que diretoras e professoras do Colégio de Aplicação da UFRGS e os três colégios estaduais reuniram-se para formular um plano comum de organização das Classes Secundárias Experimentais, em 1959, quando os três colégios estaduais passaram a oferecer as classes experimentais^[1]. Além desta informação no relatório, nos arquivos no INEP consta o documento intitulado "Plano para Organização de uma Classe Experimental no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário (Colégio de Aplicação da UFRGS; Instituto de Educação de Porto Alegre; Ginásio Estadual Feminino Paula Soares e Ginásio Estadual Feminino Presidente Roosevelt^[2])" (COLÉGIO, [1959?]). Tendo como base estes dois documentos algumas características da circulação serão descritas e analisadas.

No planejamento realizado pelos quatro colégios públicos porto-alegrenses consta que os objetivos das Classes Secundárias Experimentais seriam: integrar o ensino secundário ao ensino primário, "promover direta e compreensivelmente o desenvolvimento unitário das experiências do aluno e o atendimento de suas crescentes possibilidades de integração nas esferas da vida" (COLÉGIO, [1959?], p. 2). Segundo o documento formulado pelos quatro colégios, para atender a esses objetivos o curso ginásial das Classes Secundárias Experimentais destes colégios deveria ter a elevação dos padrões educacionais, a diferenciação e o ajustamento. Desta forma os dois primeiros anos seriam comuns a todos os/as estudantes e nos dois últimos anos haveria uma diferenciação, ou seja, de acordo com as aptidões individuais as crianças seriam encaminhadas currículos diferentes: Plano A ou teórico-sistemático e Plano B ou prático-funcional. O Plano A seria destinado aos/as estudantes que desejassem seguir para o curso colegial ou para a escola normal e teria um caráter mais propedêutico. O Plano B seria mais adequado para os/as discentes que tivessem vocações de caráter prático ou que necessitassem ingressar logo no mercado de trabalho (COLÉGIO, [1959?]). É importante salientar que embora o Plano B oferecesse um currículo voltado para cursos técnicos havia a preocupação de que também fosse ofertado conteúdos humanísticos. A intenção não era propor uma formação tecnicista.

As disciplinas-saber foram organizadas em três eixos: disciplinas fundamentais (Português, Matemática, História, Geografia e Ciências), Línguas Estrangeiras (Latim, Inglês e Francês) e Artes e Educação Física (Desenho, Música, Educação Física e Atividades Práticas), sendo que no último eixo um quadro móvel disciplinas e atividades técnicas seriam ofertadas de forma optativa. O conjunto das disciplinas fundamentais era considerado como conhecimentos necessários para a realização da vida do ser humano e desta forma integraria de forma orgânica todo o curso ginásial. Já o ensino das Línguas Estrangeiras seria realizado da forma mais flexível possível, levando em consideração as características dos/as estudantes e a necessidade do atendimento das diferenças individuais. As atividades práticas previstas no plano e oferecidas aos/as estudantes que integrassem o Plano B eram: datilografia, noções de contabilidade, estenografia, desenho, artes domésticas, artes mecânicas e artesanato em geral (COLÉGIO, [1959?]).

As metodologias de ensino ou as técnicas de trabalho deveriam propiciar a participação das crianças nas tarefas de planejamento, execução e verificação de resultados. Desta forma havia o destaque de práticas como o Estudo Dirigido, Trabalho em grupo, pesquisa pessoal e atividades que oportunizassem a expressão criadora (COLÉGIO, [1959?]). Nota-se a presença de modos de ensinar que consideram os/as estudantes como partes ativas do processo de aprendizagem. A busca pelo conhecimento era valorizada e incluía a participação ativa dos/as discentes.

Para o desenvolvimento do curso com estas características, sobretudo a flexibilidade curricular, era necessário o trabalho do Serviço de Orientação Educacional presente nos quatro colégios. Este serviço teria que acompanhar todo o processo de aprendizagem dos/as estudantes, promovendo junto aos/as alunos/as a valorização dos conhecimentos trabalhados, bem como “motivá-los adequadamente para as opções que se fizerem necessárias” (COLÉGIO, [1959?], p. 16). Essa questão não fica clara nos documentos consultados, embora exista o registro de que o aluno ou aluna poderiam optar por um dos dois currículos (CASTRO, 1959), é possível inferir que o setor de Orientação Educacional, com base no acompanhamento psicológico e pedagógico realizado junto aos/as estudantes nos dois primeiros anos do curso ginásial, realizaria um encaminhamento quanto ao currículo (Plano A ou Plano B). O Serviço de Orientação Educacional também acompanhava as reuniões de professores e as reuniões de pais. No Colégio Infante Dom Henrique há relatos de que os professores se reuniam semanalmente (às quartas-feiras a tarde) e era realizada uma reunião mensal com as famílias dos/as estudantes (LEINDECKER, 1959).

O curso ginásial seria desenvolvido em regime de tempo integral, com no máximo 32 horas semanais, incluindo o trabalho da orientação educacional (uma hora por semana) e religiosa. Nos horários destinados a cada disciplina já estaria incluído o Estudo Dirigido, que no caso do plano para estes quatro colégios seria tratado em cada disciplina. A avaliação poderia ser quantitativa ou qualitativa, por meio de parecer por escrito (COLÉGIO, [1959?]). Os diversos exames solicitados pela Lei Orgânica do Ensino Secundário foram substituídos por avaliações processuais.

Embora os quatro colégios tivessem construído um plano comum de organização das Classes Secundárias Experimentais, devido a diferenças de localização, clientela e estrutura pedagógica, segundo Cunha e Abreu (1963) as experiências foram construídas de maneiras distintas em cada colégio. Apenas dois estabelecimentos, por apresentarem características estruturais semelhantes, também obtiveram percursos aproximados. Em relação ao currículo houve a implantação dos cursos diferenciados nos dois últimos anos do curso ginásial (Plano A ou teórico-sistemático e Plano B ou prático-funcional). Além desses dois também foi oferecido o Curso de Estudos de Modo Geral com correlação de Unidades Didáticas. Em algumas instituições surgiram disciplinas-saber que integravam os conteúdos, tais como Artes Plásticas, Estudos Sociais e Iniciação a Ciência (CUNHA, ABREU, 1963). As metodologias de ensino buscaram a renovação escolanovista e práticas que colocavam o/a estudante no centro do processo (métodos ativos), solicitando a sua participação nas diferentes atividades foram observadas pelos avaliadores do INEP.

As avaliações dos/as estudantes foram realizadas de forma processual, utilizando-se de “testes objetivos, julgamento de trabalhos práticos e de pesquisa e em alguns casos apreciação de comportamentos e das atitudes dos alunos, a saber: interesse, pontualidade, iniciativa, sociabilidade, etc.” (CUNHA, ABREU, 1963, p. 132). Nos processos avaliação os Serviços de Orientação Educacional foram atuantes e além da avaliação, as profissionais da orientação educacional também trabalharam com a articulação entre direção, professores e familiares (CUNHA, ABREU, 1963).

Segundo Cunha e Abreu (1963) os quatro colégios públicos atenderam, em sua maioria, crianças advindas das camadas médias da população. E em menor número também foram incluídos/as estudantes provenientes das classes populares. Já o corpo docente era formado, em sua grande maioria, de professores licenciados nas diversas disciplinas. Em apenas um estabelecimento atuava também professores normalistas. Estes alunos/as e professores/as contaram com pouca estrutura física, a avaliação dos prédios variou entre razoável, regular ou deficiente. Observava-se o esforço em adaptar a estrutura escolar voltada para o ensino tradicional às novas metodologias de ensino.

Nas escolas públicas que receberam a experiência das classes secundárias experimentais diversos modelos pedagógicos que estavam em circulação no panorama internacional, sendo que diretores/as e professores/as construíram conjuntamente um projeto de renovação. Visando atender as especificidades, pensaram em uma bifurcação do currículo ginásial, ampliando as possibilidades também com disciplinas e cursos optativos. A forma como essas escolhas eram realizadas pelos/as estudantes ainda é uma questão que a História da Educação ainda precisa responder.

CIRCULAÇÃO NAS ESCOLAS PRIVADAS CONFESSIONAIS

No mesmo período (1959 – 1962) no qual os colégios públicos constituíam-se *locus* de renovação do ensino secundário sul-rio-grandense, dois colégios privados, confessionais e voltados ao atendimento das filhas da elite gaúcha também ofereceram a opção das Classes Secundárias Experimentais: o Colégio Americano situado em Porto Alegre e o Colégio Centenário situado em Santa Maria, ambos vinculadas à Igreja Metodista.

O movimento metodista emergiu na Inglaterra do século XVIII, na universidade de Oxford, com o pastor e professor John Wesley. O nome “metodista” foi cunhado em 1730 “pela característica de sistematização e organização em sua vida intelectual, espiritual e devocional ao cristianismo” (FONSECA, 2009, p. 76). Os primeiros missionários metodistas chegaram no Brasil por volta de 1860, sendo que a primeira Igreja foi organizada em 1871 na cidade de São Paulo e a primeira escola foi instada em Piracicaba, o Piracicabano, em 1881, voltado para o atendimento de meninas (FONSECA, 2009). No Rio Grande do Sul as primeiras instituições de ensino foram instaladas em Uruguaiana: Instituto União fundado em 1870 e, em Porto Alegre, o Colégio Americano em 1885^[3]. As escolas fundadas no Sudeste e no Sul do Brasil eram voltadas ao atendimento da elite feminina, conjugando uma educação para o lar com conteúdos científicos e também voltada para o mercado de trabalho, demonstrando uma busca por uma escolarização moderna e liberal (FONSECA, 2009). Em 1922, no centro do estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria é fundado o Colégio Centenário^[4] tendo “como primeiras diretoras, duas missionárias da Igreja Metodista Episcopal do Sul, vindas dos Estados Unidos” (FONSECA, 2009, p. 80).

Com a autorização das Classes Secundárias Experimentais pelo Ministério da Educação as dirigentes do Colégio Americano encaminharam para as autoridades responsáveis o documento intitulado “Plano para a Classe Experimental para o pedido de autorização 1958-1959” (COLÉGIO, 1959), no qual descrevem como vislumbravam as Classes Secundárias Experimentais neste estabelecimento de ensino. Por considerarem que o currículo da Lei Orgânica do Ensino Secundário era muito extenso e segmentado, bem como não atendia às diferenças individuais das estudantes e por não contemplar o tempo de desenvolvimento das crianças, o Colégio Centenário buscava renovar o seu ensino secundário. Com o objetivo de “atender, da maneira melhor e mais direta, as possibilidades de desenvolvimento do aluno, sem deixar de ter a afeição humanista própria do curso ginásial tradicional” (COLÉGIO, 1959, p. 8). Para atingir tal objetivo o horário das classes experimentais seria integral, além disso haveria melhor aproveitamento do ano letivo, pois não haveria tantas provas e exames gerais; o currículo seria organizado em departamentos, com atividades integradoras e o trabalho escolar seria organizado em unidades que abrangeriam todos os departamentos (COLÉGIO, 1959). Neste plano há a remissão ao Plano Morrison, também de origem americana e conectado ao movimento escolanovista. As unidades didáticas balizaram a proposta curricular apresentada. As autoras do Plano para a Classe Experimental” afirmam que todo o processo estaria em constante avaliação (COLÉGIO, 1959).

O serviço de Orientação Educacional, já existente no colégio desde a década de 1930, manteria as suas linhas básicas de atuação, quais sejam: trabalho em equipe, participação de toda a comunidade escolar, auxílio na elaboração dos currículos e sugestões de atividades que poderiam enriquecer a vivência escolar, além do aconselhamento individual e os estudos que casos que merecessem maior atenção. As novas atividades que a Orientação Educacional passaria a exercer em caráter experimental em virtude das Classes Secundárias Experimentais seriam incluídas nestas linhas mestras e gradativamente seriam consolidadas no cotidiano do serviço. O objetivo do Serviço de Orientação Educacional das Classes Secundárias Experimentais seria

Atender individualmente os alunos determinando seu caráter, suas aptidões e seus interesses, de modo a poder propiciar-lhes ambiente

adequado à formação de personalidades íntegras resultantes da atualização de suas potencialidades. Ajustá-los à vida através de vivências que conduzem a uma sábia filosofia da vida apoiada nos valores transcendentais do cristianismo (PLANO, 1959, p. 14).

A instalação da experiência das Classes Secundárias Experimentais era uma oportunidade de flexibilizar o currículo, ou seja, adequar conteúdos e vivências ao “caráter” e às “aptidões e interesses” e cabia ao Serviço de orientação Educacional fazer a avaliação psicológica das alunas e ser o elo entre esse conhecimento e o planejamento curricular, visando o desenvolvimento da personalidade de forma integral, ou seja as diversas áreas: Filosofia da Vida e Religião; Relações na Família; Simpatia e Encanto Pessoal; Saúde Física; Saúde Mental; Relações Internacionais; Trabalho e Estudo; Relações com a Comunidade; Preferências Vocacionais e Recreio e Lazer, mereciam atenção e cuidado com seu pleno desenvolvimento. Sabendo-se que a clientela eram meninas e moças advindas das famílias abastadas da capital gaúcha como será realizada esta adequação? Qual o currículo seria desenhado para desenvolver estas personalidades de forma íntegra? Cunha e Abreu (1963, p. 130)

O currículo dos outros colégios aqui estudados teve organização diversa da apresentada pelo grupo dos quatro acima mencionados [colégios públicos], vale dizer, ofereceram um único tipo de curso de estudos, embora abrangendo matérias optativas. (CUNHA e ABREU, 1963)

O “Plano para Organização de uma Classe Experimental no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário” (COLÉGIO, 1959) traz mais detalhes do desenho curricular, começando com as atividades coordenadas pelo próprio Serviço de Orientação Educacional, por meio de suas conselheiras. Em cada turma uma professora era escolhida ou pelas alunas ou pela orientadora educacional como conselheira, alguém para estar sempre por perto e auxiliando as alunas daquela turma no que fosse preciso e também organizando as atividades: aulas-lares dirigidas (diariamente a turma se reunia na casa de uma das alunas e era ministrada uma aula pela conselheira), clubes (era oferecidos neste período 23 clubes), assembleias de estudantes (aconteciam duas vezes por semana e trabalhavam a habilidade da oratória), atividades beneficentes, atividades sociais (nas quais também eram convidados estudantes do sexo masculino) e excursões (visavam o aprofundamento dos temas vistos nas aulas).

Em relação às disciplinas-saber a primeira e a segunda série estavam divididas em quatro departamentos, com disciplinas obrigatórias: 1. Departamento de Línguas (Português e Inglês); 2. Departamento de Ciências (Matemática e Ciências Sociais); 3. Departamento de Artes (Artes Plásticas, Música e Educação Física) e 4. Departamento das Instituições Educativas Integradoras do Currículo (Conhecendo nosso Mundo Maravilhoso, Apreciação da Arte, Informativo Mundial e Nacional, Datilografia, Pelotão da Saúde, Nossos amigos de outras terras, Atividades do Lar, Esporte, Civismo e Educação Religiosa). Já a terceira e quarta série ginásial estavam organizadas em cinco departamentos e nesta etapa de ensino haviam disciplinas obrigatórias e optativas. No primeiro departamento o de Línguas as disciplinas obrigatórias eram: Português e Latim e Inglês e as disciplinas optativas eram Francês e Latim. O segundo departamento de Ciências tinha como disciplinas obrigatórias Matemática, Ciências Sociais e Iniciação à Ciência, já as disciplinas optativas eram as de Teorias Matemáticas, Botânica e Zoologia ou Física e Química. O terceiro departamento de Artes contava com as disciplinas Artes Plásticas, Música e Educação Física como disciplinas obrigatórias e História da Arte e História da Música como disciplinas optativas. O quarto departamento era o técnico e nele figurava apenas disciplinas optativas: Datilografia e Economia do Lar. O quinto departamento era de Instituições Educativas Integradoras do Currículo com as mesmas disciplinas do quarto departamento das primeiras séries ginásiais (COLÉGIO, 1959). O documento escrito pelo Colégio Americano também descreve o programa de cada disciplina, demonstrando os recortes de saberes para cada série do ginásial.

Segundo o “Plano para as Classes Experimentais” a avaliação das alunas seria realizada com base nos critérios: testes sobre o conteúdo ministrado, assiduidade, interesse, participação, resultados de pesquisas individuais e de grupo e conceito do professor. Somente ao final da quarta série seria realizada uma prova de caráter geral para a concessão do certificado do curso. As alunas que demonstrassem alguma fragilidade no aprendizado participariam de aulas de reforço e também seriam orientadas no estudo dirigido. Essas ações visavam evitar a reprovação (COLÉGIO, 1959).

O relatório de Cunha e Abreu (1963) demonstra que apesar dos dois colégios apresentarem muitas similaridades (privados, confessionais metodistas e voltado ao público feminino de classes abastadas) também haviam diferenças marcantes nas Classes Secundárias Experimentais dos dois Colégios. No Colégio Americano haveria uma maior organização do Serviço de Orientação Educacional e uma grande preocupação deste com as alunas com dificuldades no percurso escolar. Já o Colégio Centenário teria abolido o sistema de notas por números e passado a avaliar por meio de conceitos. Segundo os avaliadores o Plano Morrison estava presente nos dois colégios e sua metodologia de organizar os conteúdos por unidades didáticas, presente nos dois currículos. E uma diferença seria no peso dado ao Estudo Dirigido, enquanto no Colégio Americano esta prática era exercitada diariamente, no Colégio Centenário ficava a cargo de cada professor o tempo dedicado e a articulação com os demais conteúdos.

O Colégio Americano, de Porto Alegre e o Colégio Centenário de Passo Fundo vislumbraram nas Classes Secundárias Experimentais a possibilidade de oferecer o Ensino Secundário para as filhas da elite gaúcha, sem que ficassem rigidamente enquadrados na Lei Orgânica do Ensino Secundário. Flexibilizaram a organização das disciplinas, promovendo articulações entre as mesmas e inserindo no currículo diversos saberes e diversas práticas que julgavam importantes para o pleno desenvolvimento de jovens mulheres voltadas ao atendimento das necessidades do casamento e da constituição de suas famílias, bem como a administração do lar e de todos os seus afazeres domésticos. Ao mesmo tempo em que ofereciam a possibilidade de preparação para uma futura profissão, com as disciplinas científicas e literárias, assim como disciplinas de cunho práticos e que poderiam servir de preparo para o trabalho além dos limites domésticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo compreender como aconteceu a circulação dos modelos pedagógicos das Classes Secundárias Experimentais nos primeiros quatro anos de sua autorização pelo Ministério da Educação no estado do Rio Grande do Sul. Dados do INEP mostraram que sete colégios ofereceram esta opção de ensino: cinco colégios públicos (um federal e quatro estaduais) e dois colégios privados (confessionais metodistas).

O propósito das Classes Secundárias Experimentais era flexibilizar a estrutura curricular, para que esta escola abarcasse os/as adolescentes com suas individualidades, expandindo este nível de ensino para diferentes classes sociais e permitindo que esta etapa de ensino atendesse outros objetivos que não apenas a preparação para a entrada nos cursos superiores. Desta forma encontrava apoio nos pressupostos da Escola Nova, que centrava o olhar no/na estudante e conhecendo-o poderia operar ajustes curriculares de modo a motivá-lo/a por oferecer uma escolarização que estivesse conectada com sua vida e com seus objetivos futuros. Pensando por este prisma pode-se compreender como cada escola do Rio Grande do Sul que trabalhou com a renovação do Ensino Secundário na década de 1950 e 1960 apropriou-se das normas das Classes Secundárias Experimentais de uma forma.

No estado do Rio Grande do Sul, nos quatro primeiros anos da experiência regulamentada pelo Ministério da Educação houve uma maior circulação nas instituições de ensino públicas (cinco) do que nas escolas confessionais. Um panorama que diverge da circulação em outros estados brasileiros, como por exemplo São Paulo e Rio de Janeiro, onde a circulação foi maior em colégios privados e católicos. A presença das Classes Secundárias Experimentais em instituições confessionais metodistas também merece ser destacada.

As escolas públicas, por receberem uma clientela heterogênea, ofereceram dois ou três tipos de cursos: Plano A, Plano B e Curso de Estudos de Modo Geral. Estes diferentes cursos contavam também com disciplinas optativas e diferentes itinerários profissionalizantes.

Merece mais estudos a forma como as escolas estudantis eram realizadas, mas neste trabalho já foi possível observar a flexibilidade e a preocupação de oferecer um caminho curricular focado na profissionalização, mas que valorizasse também a formação integral do/da educando. A permanência na escola em tempo integral também foi uma mudança em relação ao Ensino Secundário da Lei Orgânica, além do que a avaliação passou a ser processual e não realizada de forma estanque por meio de testes e provas gerais.

As escolas privadas e confessionais metodistas atraíam uma clientela mais homogênea, pois eram estudantes da elite, do gênero feminino e que profetizavam a religião metodista ou ao mesmo eram simpáticas as estas práticas religiosas. Um modelo escolar caudado nas discentes reflete estas características em seus recortes curriculares. Havia apenas um curso, embora as atividades nos clubes e nas disciplinas optativas eram amplas. Estes recortes sociais também apareciam nos conteúdos tratados. Havia uma preocupação da educação metodista com os saberes científicos e a preparação para a profissionalização, conjuntamente com disciplinas e ações voltadas para a formação da boa esposa, mãe e dona-de-casa.

Destaca-se a centralidade do Serviço de Orientação Escolar, obrigatório para concessão da autorização para o funcionamento das Classes Secundárias Experimentais. Era a partir do trabalho da Orientação Educacional que o conhecimento das capacidades, dos interesses e aptidões era realizado. De posse destas informações era possível traçar estratégias para que cada estudante pudesse ser educado de forma integral. Era este setor que fazia a conexão entre características individuais dos/das estudantes e o trabalho pedagógico.

As Classes Secundárias Experimentais no Rio Grande do Sul e no Brasil foram tentativas de democratizar esta etapa de ensino, tornando a escola mais significativa para os/as estudantes. Buscando novas metodologias de ensino, a introdução de conteúdos da vida prática aliados a conteúdos científicos e linguísticos, valorizando a pesquisa e a participação ativa dos/as adolescentes e novas formas de avaliação os/as educadores envolvidos pensavam em permitir que todos/as tivessem acesso ao diploma secundário, ampliando a escolarização dos/as brasileiros/as para que estes/as estivessem preparados para as mudanças sociais e profissionais que vinham ocorrendo no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Decreto – lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Estabelece as diretrizes para o ensino secundário em todo o território nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Legislativo. Rio de Janeiro, 9 abr. 1942. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto-lei%204.244-1942%20reforma%20capanema-ensino%20secund%20rio.htm> Acesso em 21. mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 12 abr 2018.

CARVALHO, Marta Chagas de. **A Escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASTRO, Célia Lúcia Monteiro de. **As Classes Secundárias Experimentais no Ensino Secundário Brasileiro** Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas – INEP, 1959. Mimeografado.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos avançados**. IEA-USP. São Paulo, v. 11, no.5, p.173-191, 1991.

CUNHA, Nádia; ABREU, Jayme. Classes Secundárias Experimentais: balanço de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 40, no. 91, p. 90-151, 1963.

DALLABRIDA, Norberto. As Classes Secundárias Experimentais: uma tradição quase esquecida. **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 12, no. 3 (46), p. 213 -234, jul/set, 2017.

_____. MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 32, no. 2, p. 407 -427, mai/ago, 2014.

FONSECA, Denise Grosso da. A educação metodista no Brasil e no Rio Grande do Sul: (re)visitando a história. **Ciência em Movimento**. Porto Alegre, ano XI, no. 22, 2009.

LIMA, Valeska Alessandra de. **Colégio de Aplicação da UFRGS: práticas educativas adormecidas** entre o Arquivo e a Memória Oral (1954 – 1981). Porto Alegre, 2016. 122p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MINISTÉRIO da Educação. Classes Experimentais no Ensino Secundário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.30, no. 72, p. 73-83, out/dez, 1958.

COLÉGIO AMERICANO. **Plano para Organização de uma Classe Experimental no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário**. Porto Alegre, 1959. Mimeografado.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL et al. **Plano para Organização de uma Classe Experimental no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário**. Porto Alegre, [1959?]. Mimeografado.

LEINDECKER, Maria Thereza. **Roteiro para visita inicial aos colégios onde funcionam Classes Experimentais** Porto Alegre, 13 de ago. de 1959. Entrevista.

VIEIRA, Letícia. **Um núcleo pioneiro na renovação da educação secundária brasileira: as primeiras classes experimentais do estado de São Paulo**. Florianópolis, 2015. 200p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina.

[1] O Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde sua fundação em 1954, funcionava com o regime das Classes Experimentais (LIMA, 2016)

[2] Na década de 1950, os cursos primário e pós-primário possuíam cada um a sua legislação e desta forma haviam instituições definidas para cada um desses cursos. No entanto, muitas vezes, o mesmo prédio era utilizado para diversos cursos. Desta forma o Ginásio Estadual Feminino Paula Soares funcionava no mesmo prédio do Colégio Pio XII, assim como o Ginásio Estadual Feminino Presidente Roosevelt funcionava no mesmo prédio do Colégio Estadual Infante Dom Henrique. Para fins deste trabalho manteremos as nomenclaturas constantes no Relatório de Nádia Cunha e Jayme Abreu.

[3] O Colégio Americano foi fundado pela missionária metodista de nacionalidade Uruguaia Carmen Chacon (FONSECA, 2009).

[4] O nome do colégio foi escolhido por ser o centenário das missões metodistas nos Estados Unidos e também por ser o centenário da independência brasileira.